



TERMO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 21/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 915/2026

Torna-se público que a **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RO**, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL - **SEMAGRI**, por meio da sua Comissão de Contratação, designada pelo Portaria nº 024/2026, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento **MENOR PREÇO**, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 26, de 02 de março 2023 e a Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021, Decreto de nº 088 - 2023 de 02 de maio de 2023 e demais legislação aplicável.

Data da sessão: **30/04/2026**

Link: <https://www.licitanet.com.br/>

Horário do início da Disputa: **08:30** do dia **30/04/2026**.

Horário do fim da Disputa: **14:30** do dia **30/04/2026**.

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para **Contratação de empresa para aquisição de 200 (duzentas) caixas plásticas perfuradas reforçadas**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Dispensa de Licitação e seus anexos.

1.2. A contratação será por **ITEM**, conforme tabela constante abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	UND	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
01	Caixa plástica perfurada reforçada para armazenamento e transporte de produtos agrícolas, fabricada em polietileno de alta densidade (PEAD) ou polipropileno(PP) de alta resistência, material atóxico, resistente a impactos, umidade e variações de temperatura. Estrutura reforçada com laterais e fundo perfurados, permitindo ventilação adequada dos produtos armazenados, evitando acúmulo de umidade e auxiliando na conservação de hortifrutigranjeiros e demais produtos agrícolas. Deve possuir bordas cantos reforçados, com alças laterais integradas que facilitem o manuseio e transporte. Base reforçada que permita empilhamento seguro e suporte de carga sem deformação. Dimensões aproximadas de 55 a 60cm de comprimento, 35 a 40 cm de largura e 30 a 32 cm de altura, com capacidade mínima de carga entre 25 kg e 35 kg. Produto empilhável, de fácil higienização, resistente ao uso contínuo, indicado para armazenamento, acondicionamento e transporte de produtos agrícolas ou hortifrutigranjeiros.	200	UND	R\$ 88,50	R\$ 17.700,00



VALOR TOTAL

R\$ 17.700,00

- 1.2.1. Faculta-se ao fornecedor a participação em quantos itens forem de seu interesse.
- 1.2.2. **Nos casos em que a Dispensa de Licitação preconizar a disputa por lote, deve o fornecedor enviar proposta para todos os itens que o compõem.**
- 1.3. O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO**, observadas as exigências contidas neste Aviso de Dispensa de Licitação e seus Anexos quanto às especificações do objeto.
- 1.4. O valor total estimado para contratação é de **R\$ 17.700,00 (dezesete mil, e setecentos reais).**

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica exclusivamente, pela plataforma <https://www.licitanet.com.br/>.

2.1.1. Os fornecedores deverão se cadastrar previamente no Portal da LICITANET para acesso ao sistema e operacionalização.

2.1.2. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

2.2.1. que não atendam às condições deste Termo de Dispensa de Licitação e seu(s) anexo(s);

2.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

- a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na



licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

g) sociedades cooperativas.

2.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.2.3.2. aplica-se o disposto na alínea “c” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.2.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de Dispensa de Licitação, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema Licitanet, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.2.1. A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação



dos serviços;

3.4.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos,

ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.8. Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores NÃO poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la;

3.9. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

3.10. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.11. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

3.11.1. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

3.11.2. que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

3.11.3. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

3.12. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.13. **Considerando o decreto nº 088 de 02 de maio de 2023; considerando a necessidade de fomentar o comércio local e regional, a participação nesse certame terá benefício as empresas**



local.

4. FASE DE LANCES

4.1. A partir das 08h30 (horário de Brasília) da data estabelecida neste Aviso de Dispensa de Licitação, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.3. O lance deverá ser ofertado pelo valor lote.

4.4. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.5. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Dispensa de Licitação.

4.6. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de **R\$ 5,00 (cinco reais)**.

4.7. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.8. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.9. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

4.10. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.11. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

5.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em



primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

5.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

5.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado.

5.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

5.2.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.

5.3. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.

5.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.5.1. conter vícios insanáveis;

5.5.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

5.5.3. apresentar preços inexecutáveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.5.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

5.6. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexecutável a proposta de preços ou menor lance que:

5.6.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

5.6.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.



5.7. Em contratação de obras ou serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

5.7.1. para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global a ser fixado neste Aviso de Contratação Direta, conforme as especificidades do mercado correspondente;

5.7.2. serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

5.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

5.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

5.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

5.9.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

5.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.11. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

5.12. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

5.13. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

5.14. **O Agente de Contratação solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares e documentos de habilitação exigidos no edital, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.**

5.15. É facultado ao Agente de Contratação prorrogar uma única vez por igual período o prazo



estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6. HABILITAÇÃO

6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de **habilitação descritos nos itens 6.9 ao 6.12** deste aviso serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.

6.2. Como condição prévia ao exame da documentação de **habilitação** do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

d) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

6.2.1. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

6.2.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

6.2.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.2.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.2.2.1.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação

6.2.3. Constatada a existência de sanção **neste órgão licitante**, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Dispensa de Licitação e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

6.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante



apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.5. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

6.6. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

6.7. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

6.7.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação

6.8. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

6.9. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

6.9.1. Cédula de identidade (**RG**) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

6.9.2. No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

6.9.3. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

6.9.4. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

6.9.5. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

6.9.6. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

6.9.7. decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;



6.9.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

6.10. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

6.10.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso; (**CNPJ**)

6.10.2. prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

6.10.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**);

6.10.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

6.10.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes *estadual e/ou municipal*, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

6.10.6. prova de regularidade com a Fazenda **Estadual** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

6.10.7. prova de regularidade com a Fazenda **Municipal** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

6.10.8. caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *estaduais ou municipais* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

6.11. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

6.11.1. Certidão Negativa de Falência, de Concordata, de Recuperação Judicial ou Extrajudicial (Lei nº 11.101/2005) expedida pelo distribuidor da sede da empresa, EXPEDIDA NOS ÚLTIMOS 90 (Noventa) dias caso não conste o prazo de validade; ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão;

6.11.2. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente.



6.12. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

6.12.1. Apresentação de pelo menos um Atestado(s) de Capacidade Técnica **fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado** em nome da licitante, comprovando a aptidão ou desempenho da licitante para fornecimento dos objetos compatível em características com o objeto do certame.

6.12.2. O atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito privado **deverá indicar dados da entidade emissora (razão social, CNPJ, endereço, telefone, e-mail, data de emissão)** e dos signatários do documento (nome, função, telefone, etc.). **Além da descrição detalhada do objeto, quantidades e prazos de fornecimento dos materiais.**

6.12.3. Todas as informações prestadas no Atestado de Capacidade Técnica estarão sujeitas a verificação e confirmação de autenticidade, exatidão e veracidade através de diligência, sujeitando o emissor às penalidades previstas em lei caso ateste informações inverídicas.

6.12.4. Caso haja necessidade, a Administração reserva-se ao direito de solicitar a apresentação de cópia(s) da(s) Nota(s) Fiscal(is) e correspondentes ao(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica apresentados.

7. CONTRATAÇÃO

7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

7.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Dispensa de Licitação.

7.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da data de seu recebimento.

7.2.2. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

7.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

7.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;



7.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Dispensa de Licitação e seus anexos;

7.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

7.4. O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) dias prorrogável conforme previsão nos anexos a este Aviso de Dispensa de Licitação.

7.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

8. LOCAL DE ENTREGA

8.1. A entrega deverá ocorrer no Almoxarifado Central da Prefeitura Municipal de São Francisco do Guaporé/RO, no horário das 07h às 13h, de segunda a sexta-feira, exceto em feriados e pontos facultativos, sendo o recebimento realizado por servidor designado pela Administração.

9. SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

9.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

9.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

9.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

9.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

9.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

9.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

9.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

9.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

9.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;



9.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

9.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

9.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 9.1.1 deste Aviso de Dispensa de Licitação, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 9.1.1 a 9.1.12;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 9.1.2 a

9.1.7 deste Aviso de Dispensa de Licitação, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 9.1.8 a 9.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

9.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

9.5. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Dispensa de Licitação, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

9.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções. Se, durante



o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

9.7. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

9.8. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

9.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

9.10. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O procedimento será divulgado no LICITANET e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no aviso de licitações do Portal de Compras Públicas, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

10.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

10.2.1. republicar o presente aviso com uma nova data;

10.2.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

10.2.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

10.2.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

10.3. As providências dos subitens 10.2.1 e 10.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o



comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto)

10.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Dispensa de Licitação, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

10.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

10.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

10.7. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

10.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.9. As normas disciplinadoras deste Aviso de Dispensa de Licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

10.10. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

10.11. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Dispensa de Licitação e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

10.12. Da sessão pública será divulgada em Ata no sistema eletrônico.

10.13. Integram este Aviso de Dispensa de Licitação, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

10.13.1. ANEXO I – Modelo de proposta comercial (preços);

10.13.2. ANEXO II – Termo de Referência;

10.13.3. ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato;

São Francisco do Guaporé/RO, 17 de abril de 2026.



Prefeitura Municipal de São Francisco do Guaporé
Av. Brasil, Testada com a Rua Integração Nacional, nº 1997
São Francisco do Guaporé/RO - CEP: 76935 – 000



WEBERSON FERREIRA NILLIO

Agente de Contratação

Portaria nº 024/2026

TERMO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 21/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 915/2026

ANEXO I - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL (PREÇOS)

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ/RO
DISPENSA ELETRÔNICA Nº ____/2026.

Razão Social da Proponente:

CNPJ nº :

Endereço:

Telefone:

E-mail Institucional:

Dados Bancários:

DADOS BANCÁRIOS:

Agência nº:

Conta Corrente nº:

LOTE 1:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	UND	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01		200	UND	R\$	R\$
VALOR TOTAL					R\$

Prazo de validade da Proposta: ____ (____) dias
(mínimo 60 dias)

Prazo de execução:

Declarando conhecer e concordar plenamente com as cláusulas e condições do do Aviso e seus anexos da Dispensa Eletrônica nº ____/2026, e seus anexos, apresentamos nossa proposta de preços para o objeto do certame conforme valores e especificações técnicas.

Outras informações:

- Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Aviso e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência (anexo II).

- Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguros, taxas, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.

- Caso nos seja adjudicado o objeto desta dispensa, comprometemo-nos em assinar o Contrato no prazo determinado no documento de convocação, e para esse fim fornecemos os seguintes dados:

Local, _____ de _____ de 2026.

Nome e assinatura do

Representante Legal

O CNPJ DA EMPRESA

TIMBRE /LOGOMARCA DA PESSOA JURÍDICA EMITENTE



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ
SECRETARIA GERAL GOVERNO E ADMINISTRAÇÃO
SEGEAD

TERMO DE REFERÊNCIA – LEI Nº 14.133/21

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 915/2026

ÁREA REQUISITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

Responsável: EWERTON SANDRO FINOTTI VERONEZZ

1º. DEFINIÇÃO DO OBJETO.

O objeto da presente licitação é a **aquisição de 200 (duzentas) caixas plásticas perfuradas reforçadas**, destinadas ao transporte, acondicionamento e armazenamento de mudas de café, cacau e demais produtos agrícolas, utilizados no atendimento aos produtores rurais pela Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural do Município de São Francisco do Guaporé/RO, conforme previsto na Lei Municipal nº 1.464/2017.

As caixas deverão possuir as seguintes características mínimas:

- Fabricadas em **polietileno de alta densidade (PEAD) ou polipropileno (PP)** de alta resistência, material atóxico;
- **Resistentes a impactos, umidade e variações de temperatura;**
- Estrutura **reforçada** com laterais e fundo perfurados, garantindo ventilação adequada e evitando acúmulo de umidade;
- Bordas e cantos reforçados;
- **Alças laterais integradas** para facilitar o manuseio e transporte;
- Base reforçada que permita **empilhamento seguro** sem deformações;
- Dimensões aproximadas: **55 a 60 cm de comprimento, 35 a 40 cm de largura e 30 a 32 cm de altura;**
- **Capacidade mínima de carga** entre 25 kg e 35 kg;
- Produto **empilhável, reutilizável, de fácil higienização**, resistente ao uso contínuo e adequado para armazenamento e transporte de produtos agrícolas e hortifrutigranjeiros.

O objeto deve ser entregue em perfeitas condições de uso, de acordo com as especificações técnicas exigidas, garantindo eficiência logística, segurança no transporte e conservação dos produtos agrícolas.

2º. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação está fundamentada na necessidade de aquisição de 200 (duzentas) caixas plásticas perfuradas reforçadas, com o objetivo de atender às demandas da Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural de São Francisco do Guaporé/RO, garantindo o transporte, acondicionamento e armazenamento de mudas de café, cacau e demais produtos agrícolas distribuídos aos produtores rurais do município.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ
SECRETARIA GERAL GOVERNO E ADMINISTRAÇÃO
SEGEAD

A contratação está amparada nos seguintes dispositivos legais e normativos:

1. **Lei Federal nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos)**
 - Dispõe sobre normas gerais de licitação e contratação pela Administração Pública, assegurando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade e interesse público;
 - Permite a aquisição de bens padronizados, como as caixas plásticas perfuradas, observando critérios de competitividade e vantajosidade para a Administração.
2. **Lei Municipal nº 1.464/2017**
 - Estabelece diretrizes e políticas de apoio ao desenvolvimento da agricultura e da produção rural no Município de São Francisco do Guaporé/RO, incluindo ações de incentivo à agricultura familiar e suporte aos produtores rurais;
 - Ampara a aquisição de materiais que viabilizem a execução de programas de distribuição de mudas e produtos agrícolas, fortalecendo a cadeia produtiva local.
3. **Princípios da Administração Pública**
 - A contratação busca atender ao interesse público, promovendo a eficiência logística, segurança no transporte de produtos agrícolas e conservação das mudas;
 - Busca a economicidade e otimização de recursos públicos, considerando a durabilidade, reutilização e padronização das caixas adquiridas.

Justificativa da contratação:

- O uso de caixas plásticas perfuradas reforçadas é imprescindível para reduzir perdas de produtos agrícolas durante o transporte e armazenamento;
- O objeto permite maior eficiência operacional, organização logística, padronização e segurança no manuseio das mudas e demais produtos;
- Há ampla disponibilidade no mercado de fornecedores capazes de atender às especificações técnicas, garantindo ampla concorrência e preço compatível com a realidade do setor;
- A contratação atende aos objetivos estratégicos da Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural, fortalecendo programas de apoio à agricultura familiar e ao desenvolvimento rural sustentável.

Dessa forma, a contratação se apresenta plenamente **fundamentada, legal, necessária e vantajosa**, atendendo às demandas administrativas e sociais do município.

3º. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO.

A solução consiste na **aquisição de 200 (duzentas) caixas plásticas perfuradas reforçadas**, destinadas ao transporte, acondicionamento e armazenamento de mudas de café, cacau e demais produtos agrícolas, utilizadas pela Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural de São Francisco do Guaporé/RO.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ
SECRETARIA GERAL GOVERNO E ADMINISTRAÇÃO
SEGEAD

3.1. Fundamentação normativa para dispensa de licitação

A contratação poderá ser realizada **por dispensa de licitação**, conforme previsto no **art. 75 inciso II da Lei nº 14.133/2021**, por se tratar de:

- Objeto **bem comum e padronizado**, com amplo fornecimento no mercado;
- Necessidade de **atendimento imediato da Administração**, garantindo continuidade das ações de apoio aos produtores rurais;
- Aquisição de **baixa complexidade e valor compatível**, favorecendo eficiência e economicidade;
- Seleção do fornecedor baseada em **capacidade técnica, regularidade fiscal e cumprimento das especificações**, garantindo segurança e conformidade.

3.2. Ciclo de vida do objeto

- 1. Fabricação**
 - Produzidas em **polietileno de alta densidade (PEAD) ou polipropileno (PP)**, materiais atóxicos, resistentes a impactos, umidade e variações de temperatura.
- 2. Transporte e entrega**
 - As caixas serão transportadas pelo fornecedor até o local indicado pela Administração, acondicionadas de forma a evitar danos físicos e deformações.
- 3. Uso e manuseio**
 - Estrutura reforçada, laterais e fundo perfurados para ventilação;
 - Bordas, cantos reforçados e alças laterais integradas;
 - Base reforçada, permitindo empilhamento seguro e uso contínuo sem deformação.
- 4. Higienização e conservação**
 - Facilidade de limpeza e reutilização, garantindo durabilidade e prolongando o ciclo de vida útil;
 - Minimização de desperdícios de produtos agrícolas durante armazenamento e transporte.
- 5. Fim de vida útil**
 - As caixas poderão ser recicladas, reduzindo impactos ambientais e promovendo sustentabilidade.

3.3. Especificações técnicas mínimas do produto

Característica	Especificação mínima
Material	PEAD ou PP, atóxico
Resistência	Impactos, umidade e variações de temperatura
Estrutura	Reforçada, laterais e fundo perfurados para ventilação
Bordas e cantos	Reforçados
Alças	Laterais integradas
Base	Reforçada, empilhamento seguro
Dimensões	Comprimento: 55–60 cm; Largura: 35–40 cm; Altura: 30–32 cm



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ
SECRETARIA GERAL GOVERNO E ADMINISTRAÇÃO
SEGEAD

Característica	Especificação mínima
Capacidade de carga	25–35 kg
Empilhamento	Sim
Uso	Transporte, armazenamento e acondicionamento de mudas e produtos agrícolas
Higienização	Fácil limpeza e reutilização

3.4. Justificativa técnica e operacional

- O objeto atende integralmente à necessidade da Secretaria, garantindo **proteção, conservação e transporte seguro** de mudas e produtos agrícolas;
- Permite **redução de perdas, eficiência logística, durabilidade e padronização**;
- Favorece **agilidade na aquisição e entrega**, justificando a dispensa de licitação, sem prejuízo à economicidade e legalidade.

3.5. Conclusão

A solução proposta é **viável técnica e operacionalmente**, apresenta **baixo risco ambiental**, cumpre os requisitos legais de dispensa de licitação e garante **eficiência, sustentabilidade e atendimento imediato** às demandas da Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural.

4º. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A contratação da aquisição de 200 (duzentas) caixas plásticas perfuradas reforçadas deverá atender aos seguintes requisitos, garantindo que o objeto contratado seja adequado, seguro e eficiente para o uso pretendido pela Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural de São Francisco do Guaporé/RO.

4.1. Requisitos Técnicos

As caixas plásticas devem atender, no mínimo, às seguintes especificações:

- Fabricadas em **polietileno de alta densidade (PEAD) ou polipropileno (PP)**, material atóxico, resistente a impactos, umidade e variações de temperatura;
- Estrutura reforçada com **laterais e fundo perfurados**, garantindo ventilação adequada e evitando acúmulo de umidade;
- **Bordas e cantos reforçados** para maior durabilidade e segurança no manuseio;
- **Alças laterais integradas**, facilitando transporte manual;
- Base reforçada que permita **empilhamento seguro** sem deformações;
- Dimensões aproximadas: **55 a 60 cm de comprimento, 35 a 40 cm de largura e 30 a 32 cm de altura**;
- Capacidade mínima de carga entre **25 kg e 35 kg**;



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ
SECRETARIA GERAL GOVERNO E ADMINISTRAÇÃO
SEGEAD

- Produto **empilhável, reutilizável e de fácil higienização**;
- Adequadas para transporte, acondicionamento e armazenamento de mudas e produtos agrícolas.

4.2. Requisitos de Qualidade e Garantia

- Produto novo, de **primeiro uso**, isento de defeitos de fabricação, trincas ou deformações;
- Garantia mínima contra defeitos de fabricação e mau manuseio, com substituição gratuita de unidades apresentando irregularidades durante o período de garantia;
- A contratada terá o prazo de 10 dias para substituição dos itens que apresentarem defeitos no ato da entrega.
- Conformidade com normas de **segurança e boas práticas de produção** aplicáveis a produtos agrícolas.

4.3. Requisitos de Entrega e Logística

- Entrega em local indicado pela Secretaria Municipal, dentro do prazo estipulado no contrato;
- Transporte, carga e descarga por conta do fornecedor, sem ônus adicional à Administração;
- Produtos acondicionados de forma a evitar danos durante o transporte.

4.4. Requisitos Legais e Administrativos

- Atendimento à **Lei nº 14.133/2021** (Nova Lei de Licitações e Contratos);
- Observância da **Lei Municipal nº 1.464/2017**, que prevê suporte à agricultura familiar;
- Garantia de ampla concorrência e economicidade na contratação.

4.5. Requisitos Ambientais e Sustentabilidade

- Material reciclável e reutilizável, quando possível;
- Boa prática de descarte e higienização, evitando impactos ambientais;
- Contribuição para redução de perdas de produtos agrícolas, minimizando desperdício de recursos naturais.

5º. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

O modelo de execução do objeto da presente contratação consiste na **aquisição, entrega e disponibilização das 200 (duzentas) caixas plásticas perfuradas reforçadas**, conforme especificações técnicas estabelecidas, de forma a atender integralmente às necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural de São Francisco do Guaporé/RO.

5.1. Forma de execução



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ
SECRETARIA GERAL GOVERNO E ADMINISTRAÇÃO
SEGEAD

- O fornecedor será responsável pelo **fornecimento, transporte, entrega e acondicionamento** das caixas plásticas no local indicado pela Administração;
- Todas as caixas deverão ser entregues em **perfeitas condições de uso**, sem defeitos de fabricação, deformações ou danos durante o transporte;
- A entrega será realizada em **única remessa**, salvo acordo formalizado com a Administração, garantindo a padronização e a eficiência logística.

5.2. Responsabilidades do fornecedor

- Fornecer produtos **conformes às especificações técnicas**, obedecendo às dimensões, capacidade de carga e resistência;
- Garantir a **segurança e integridade** das caixas durante o transporte;
- Cumprir o prazo de entrega estabelecido no contrato;
- Disponibilizar **garantia contra defeitos de fabricação**, substituindo imediatamente unidades não conformes, sem ônus para a Administração;
- Fornecer as caixas acondicionadas de forma adequada, facilitando o armazenamento e a distribuição subsequente.

5.3. Responsabilidades da Administração

- Receber e conferir as caixas entregues quanto à quantidade, qualidade e conformidade com as especificações;
- Emitir o **termo de recebimento provisório e definitivo**;
- Fornecer informações e local adequado para recebimento das caixas;
- Fiscalizar a execução da entrega, garantindo que os padrões de qualidade e quantidade sejam respeitados.

5.4. Prazo e cronograma

- O fornecedor deverá cumprir o prazo de entrega conforme definido na nota de empenho, observando as necessidades da Secretaria para distribuição aos produtores rurais;
- O **Contrato terá duração de 90 dias** a partir da sua assinatura podendo ser prorrogado conforme justificativa e necessidade da secretaria demandante, conforme artigo 105 da lei 14.133/2021
- Qualquer atraso deverá ser informado previamente e estará sujeito às penalidades contratuais previstas na legislação vigente.

5.5. Observações gerais

- O modelo de execução prevê **entrega pronta para uso**, de modo que as caixas possam ser imediatamente utilizadas no transporte e acondicionamento de mudas e produtos agrícolas;
- Todas as etapas do processo, desde a entrega até a aceitação final, serão **registradas e documentadas** para fins de controle e fiscalização.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ
SECRETARIA GERAL GOVERNO E ADMINISTRAÇÃO
SEGEAD

6º. GESTÃO DO CONTRATO

A gestão do contrato de aquisição das 200 (duzentas) caixas plásticas perfuradas reforçadas será responsabilidade da Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural de São Francisco do Guaporé/RO, com objetivo de garantir o cumprimento das obrigações contratuais, a qualidade dos produtos entregues e a eficiência na utilização dos recursos públicos.

6.1. Responsável pela gestão

- Será designado um **servidor ou comissão de acompanhamento/fiscalização**, responsável pelo controle e fiscalização do contrato;
- Este responsável terá competência para:
 - Conferir a quantidade e qualidade das caixas entregues;
 - Registrar e comunicar eventuais não conformidades;
 - Acompanhar o cumprimento dos prazos de entrega;
 - Receber formalmente o objeto e emitir os termos de recebimento provisório e definitivo;
 - Zelar pelo cumprimento das cláusulas contratuais, inclusive prazos, garantias e substituições de produtos defeituosos.

6.2. Procedimentos de fiscalização

- Verificação física das caixas quanto a defeitos, dimensões, capacidade de carga e conformidade com as especificações do Termo de Referência;
- Conferência de documentação de entrega, incluindo notas fiscais e comprovantes de transporte;
- Registro de todas as etapas da entrega e recepção, assegurando rastreabilidade e transparência;
- Comunicação imediata ao fornecedor em caso de irregularidades, para adoção de medidas corretivas.

6.3. Comunicação e acompanhamento

- O gestor do contrato manterá registro contínuo das atividades relacionadas à execução da entrega e uso das caixas;
- Qualquer solicitação de substituição, manutenção ou ajuste será formalizada por escrito e acompanhada de relatório técnico, garantindo transparência e controle administrativo.

6.4. Critérios de conformidade e aceitação

- As caixas somente serão aceitas após conferência de **quantidade, qualidade, conformidade com especificações técnicas e integridade física**;
- Produtos que não atenderem às especificações deverão ser substituídos imediatamente pelo fornecedor, sem ônus para a Administração.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ
SECRETARIA GERAL GOVERNO E ADMINISTRAÇÃO
SEGEAD

6.5. Penalidades e sanções

- O fornecedor estará sujeito às penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021, incluindo advertência, multa, suspensão e eventual rescisão contratual, em casos de descumprimento das obrigações assumidas.

6.6. Registro e documentação

- Toda a gestão do contrato será documentada, incluindo relatórios de fiscalização, termos de recebimento e comunicação de não conformidades, garantindo rastreabilidade, transparência e cumprimento das normas legais.

7. CRITERIO DE PAGAMENTO

O pagamento referente à aquisição das 200 (duzentas) caixas plásticas perfuradas reforçadas será realizado de acordo com os seguintes critérios, garantindo segurança, conformidade e transparência na execução do contrato:

7.1. Condições gerais

- O pagamento será efetuado **somente após a entrega e conferência do objeto**, com emissão de nota fiscal/fatura correspondente;
- Todas as caixas entregues deverão estar em **perfeitas condições de uso**, de acordo com as especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência;
- O pagamento será realizado conforme o **valor contratado e efetivamente entregue**, observando o quantitativo aprovado no recebimento definitivo.

7.2. Forma de pagamento

- O pagamento será realizado **em parcela única em até 30 dia após** a entrega integral do objeto e a emissão do **Termo de Recebimento Definitivo**, mediante apresentação da nota fiscal/fatura correspondente;
- O pagamento será realizado por meio de **transferência bancária** ou outra forma prevista na legislação vigente e no contrato.

7.3. Condições para liberação do pagamento

- Conferência da quantidade e qualidade das caixas entregues;
- Verificação da conformidade com as especificações técnicas do Termo de Referência;
- Recebimento definitivo formalizado pelo responsável da Administração;
- Quitação de todas as obrigações legais e fiscais do fornecedor, incluindo impostos, contribuições e encargos trabalhistas.

7.4. Penalidades em caso de descumprimento



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ
SECRETARIA GERAL GOVERNO E ADMINISTRAÇÃO
SEGEAD

- Caso o fornecedor entregue caixas **com defeitos, quantidade inferior ou não conformidade com o objeto contratado**, o pagamento será retido até a regularização das pendências;
- O fornecedor poderá estar sujeito às penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021, caso haja descumprimento das obrigações contratuais.

7.5. Observações

- O pagamento somente será considerado devido após a **comprovação da entrega integral e aceitável** do objeto;
- Qualquer alteração na forma ou condições de pagamento deverá ser formalmente aprovada pela Administração, respeitando a legislação vigente.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

A seleção do fornecedor para a aquisição de 200 (duzentas) caixas plásticas perfuradas reforçadas será realizada de forma a assegurar **ampla concorrência, transparência, economicidade e legalidade**, conforme estabelecido na Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos).

8.1. Forma de contratação

- A contratação ocorrerá por meio de **Licitação na modalidade Dispensa Eletrônica**, conforme artigo 75 inciso II da lei 14.133/2021;
- O procedimento visa selecionar o fornecedor que apresentar **proposta mais vantajosa para a Administração**, garantindo o atendimento das especificações técnicas e quantitativo exigido.

8.2. Critérios de julgamento

- O julgamento das propostas será realizado com base no **menor preço global**, considerando o lote único com todas as 200 caixas;
- Serão consideradas **somente as propostas que atenderem integralmente às especificações técnicas e condições estabelecidas no Termo de Referência**;
- Propostas que não cumprirem os requisitos técnicos mínimos ou apresentarem irregularidades legais serão **desclassificadas**.

8.3. Habilitação do fornecedor

- O fornecedor deverá apresentar documentação que comprove:
 - Regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária;
 - Capacidade jurídica para celebrar o contrato;
 - Comprovação de aptidão técnica ou experiência compatível com fornecimento de produtos similares;



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ
SECRETARIA GERAL GOVERNO E ADMINISTRAÇÃO
SEGEAD

- Declaração de inexistência de impedimentos para contratar com a Administração Pública;
- A habilitação será verificada **antes da adjudicação**, conforme exigências legais.

8.4. Critérios de desempate

- Em caso de empate entre propostas com valores iguais, será adotada a seguinte ordem de preferência:
 1. Empresa sediada no Município de São Francisco do Guaporé/RO ou região próxima;
 2. Maior prazo de garantia ofertado;
 3. Sorteio público, conforme regulamentação da Lei nº 14.133/2021.

8.5. Observações adicionais

- O fornecedor vencedor deverá cumprir integralmente o objeto contratado, atendendo aos **prazos de entrega, especificações técnicas, garantias e condições do Termo de Referência**;
- Qualquer descumprimento poderá gerar penalidades, incluindo advertência, multa, suspensão ou rescisão contratual, conforme legislação vigente.

9. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

Com base na Análise de Cotação mercadologia e consulta no banco de preço, conforme quadro de pesquisa anexo a este com **ID:CD6.E00**, o preço estimado é de **R\$ 17.700,00 (dezessete mil, e setecentos reais)** valor este estimado para adquirir posteriormente os bens descritos abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	TOTAL MEDIANO	VALOR TOTAL
01	Caixa plástica perfurada reforçada para armazenamento e transporte de produtos agrícolas, fabricada em polietileno de alta densidade (PEAD) ou polipropileno (PP) de alta resistência, material atóxico, resistente a impactos, umidade e variações de temperatura. Estrutura reforçada com laterais e fundo perfurados, permitindo ventilação adequada dos produtos armazenados, evitando acúmulo de umidade e auxiliando na conservação de hortifrutigranjeiros e demais produtos agrícolas. Deve possuir bordas e cantos reforçados, com alças laterais integradas que facilitem o	UND	200	R\$ 88,50	R\$ 17.700,00



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ
SECRETARIA GERAL GOVERNO E ADMINISTRAÇÃO
SEGEAD

manuseio e transporte. Base reforçada que permita empilhamento seguro e suporte de carga sem deformação. Dimensões aproximadas de 55 a 60 cm de comprimento, 35 a 40 cm de largura e 30 a 32 cm de altura, com capacidade mínima de carga entre 25 kg e 35 kg. Produto empilhável, de fácil higienização, resistente ao uso contínuo, indicado para armazenamento, acondicionamento e transporte de produtos agrícolas ou hortifrutigranjeiros.				
VALOR TOTAL ESTIMADO	R\$: 17.700,00			

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

De acordo com o Documento de Formalização da Demanda (DFD) disponível no portal ATHUS com **ID.CA3.A0B**, a devida contratação está prevista no Plano de Contratação Anual (PCA) e e regulamentado para 2026.

Categoria Econômica: 3.3.90.30

Ficha N° 62

11. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente contratação de 200 (duzentas) caixas plásticas perfuradas reforçadas atende integralmente às necessidades da **Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural de São Francisco do Guaporé/RO**, promovendo eficiência, segurança e sustentabilidade no transporte, acondicionamento e armazenamento de mudas e produtos agrícolas destinados aos produtores rurais do município.

Considerações principais:

1. Adequação técnica

- O objeto atende às especificações mínimas de resistência, ventilação, empilhamento e capacidade de carga, garantindo durabilidade, reutilização e segurança operacional;

2. Viabilidade econômica e legal

- A contratação em lote único garante economicidade, padronização e eficiência logística, em conformidade com a **Lei nº 14.133/2021** e a **Lei Municipal nº 1.464/2017**;

3. Sustentabilidade e impactos ambientais



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ
SECRETARIA GERAL GOVERNO E ADMINISTRAÇÃO
SEGEAD

- As caixas são recicláveis, reutilizáveis e promovem redução de desperdício de produtos agrícolas, minimizando impactos ambientais;
- 4. **Gestão e fiscalização**
 - O contrato será gerido e fiscalizado por servidor ou comissão designada, assegurando conformidade técnica, entrega correta e cumprimento das obrigações contratuais;
- 5. **Transparência e competitividade**
 - O processo licitatório seguirá os princípios da legalidade, isonomia, ampla concorrência e busca da proposta mais vantajosa para a Administração;
- 6. **Benefício social e desenvolvimento rural**
 - A aquisição contribui diretamente para o fortalecimento da agricultura familiar, apoio aos produtores rurais e desenvolvimento sustentável do município.

Conclusão:

Diante do exposto, a contratação é **necessária, vantajosa, viável e alinhada às políticas públicas do município**, atendendo aos critérios legais, técnicos e operacionais exigidos pela Administração Pública.

São Francisco do Guaporé-RO, 20 de março de 2026.

Elaborado por:
Rosangela Cristina Soares
Membro da Equipe de Apoio
Potaria 024/2025



Estado de Rondônia
Poder Executivo Municipal
Prefeitura Municipal de São Francisco do Guaporé

MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

Autos do Proc. nº. xxxx/2026.

Contrato Administrativo nº. xxx/2026

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE
_____, QUE ENTRE SI
FAZEM A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO
FRANCISCO DO GUAPORÉ A EMPRESA
_____, NA FORMA ABAIXO.

O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RO, inscrito no CNPJ/MF sob o n. 01.254.422/0001-56, com sede na rua da Integração Nacional, nº 1997, Município de São Francisco do Guaporé, Estado de Rondônia, neste ato representado pelo Prefeito, o senhor José Wellington Drumond Gouvêa, brasileiro, agente político, portador da cédula de identidade RG nº. 694.*** SSP/RO, inscrito no CPF/MF sob nº. 672.***.682-**, residente e domiciliado em São Francisco do Guaporé/Estado de Rondônia, daqui em diante denominada **CONTRATANTE** e do outro lado a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado com inscrição no CNPJ/MF sob nº. _____, com sede na _____, nº _____, centro, _____, representado pela sua sócia proprietária, a Sr.^a _____, inscrita no CPF sob o n. _____, daqui em diante denominada de **CONTRATADA**, em conformidade com _____ nos autos do processo administrativo n. _____, e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: (art. 92, I e II)

- I.** Os objetos do presente instrumento é a contratação de empresa para _____.
- II.** Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
- a).** O Edital da Licitação e seus anexos;
 - b).** A Proposta do contratado;
 - c).** Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO: (art. 105 da 14.133/2021)

I. O prazo de vigência da contratação é de _____, contados da assinatura do presente contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, na forma do artigo 105 a 107 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, observação e recebimento do(s) objeto(s) constam no Termo de Referência, anexo ao Edital.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação do objeto contratado.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)



Estado de Rondônia
Poder Executivo Municipal
Prefeitura Municipal de São Francisco do Guaporé

I - O valor total da contratação é de R\$ _____.

II. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução da contratação, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

I. O pagamento será efetuado pela Secretaria Municipal de Fazenda, diretamente à **CONTRATADA** por meio de ordem bancária, e deverá ocorrer em até _____ dias, após o recebimento dos objetos deste instrumento, e da apresentação de nota fiscal, atestada e do comprovante de recolhimento de multas aplicadas, se houver, bem como dos encargos sociais, conforme regras editais e o art. 121 da 14.133/2021.

II. É condição para o pagamento do valor constante de cada Nota Fiscal, a apresentação de prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, Instituto Nacional do Seguro Social, Certidão Negativa de Tributos da Receita Estadual, Certidão Negativa de Tributos Municipais, Certidão Negativa de Tributos Federais e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

III. Na ocorrência de necessidade de providências complementares por parte da **CONTRATADA**, o decurso do prazo para pagamento será interrompido, reiniciando-se sua contagem da data em que estas forem cumpridas. O descumprimento, pela **CONTRATADA**, do estabelecido no parágrafo anterior, não lhe gera direito a alteração de preços ou compensação financeira.

IV. O **CONTRATANTE**, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, cautelar ou definitivamente, do montante a pagar à **CONTRATADA**, os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela **CONTRATADA**, nos termos deste contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

I. São obrigações do **CONTRATANTE**:

II. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo **CONTRATADO**, de acordo com o contrato;

III. Notificar o **CONTRATADO**, por escrito, sobre quaisquer verificações dos objetos fornecidos, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

IV. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo **CONTRATADO**;

V. Efetuar o pagamento ao **CONTRATADO** do valor correspondente ao fornecimento das mercadorias, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

VI. Aplicar ao **CONTRATADO** as sanções previstas na lei e neste Contrato;

VII. Cientificar a Advocacia-Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;



Estado de Rondônia
Poder Executivo Municipal
Prefeitura Municipal de São Francisco do Guaporé

VIII. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

IX. A Administração terá o prazo de quinze dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

X. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo **CONTRATADO** com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do **CONTRATADO**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

I. O **CONTRATADO** deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita entrega do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

II. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes dos objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

III. Comunicar ao **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

IV. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133/2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados, no prazo requisitado, sob possibilidade de extinção do contrato (art. 137, I, da Lei nº 14.133/2021);

V. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo **CONTRATANTE**, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, sob possibilidade de extinção do contrato (art. 137, I, da Lei nº 14.133/2021);

VI. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

VII. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

VIII. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante;

IX. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da entrega do objeto contratual.

X. Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

XI. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;



Estado de Rondônia
Poder Executivo Municipal
Prefeitura Municipal de São Francisco do Guaporé

XII. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021.

XIII. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do **CONTRATANTE**;

CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

I. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

II. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

d) Multa: Moratória de 1% (hum por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

II. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

III. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao **CONTRATANTE** (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

a) Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

b) Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)



Estado de Rondônia
Poder Executivo Municipal
Prefeitura Municipal de São Francisco do Guaporé

c) Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo **CONTRATANTE** ao **CONTRATADO**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

d) Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

IV. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao **CONTRATADO**, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

V. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

VI. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

VII. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

VIII. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

IX. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX):

I. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

II. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do entrega do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.



Estado de Rondônia
Poder Executivo Municipal
Prefeitura Municipal de São Francisco do Guaporé

III. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

III.I. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

III.II. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

III.II.I. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

IV. O contrato será extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII):

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Financeiro deste exercício, através das Notas de Empenho estimativas de n. 3820, na dotação abaixo discriminada:

a) Unidade: _____.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III):

Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES:

I. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

II. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

III. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO:

Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO (art. 92, §1º):

Fica eleito o Foro da Comarca de São Francisco do Guaporé, estado de Rondônia, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.



Estado de Rondônia
Poder Executivo Municipal
Prefeitura Municipal de São Francisco do Guaporé

São Francisco do Guaporé, RO, ____ de _____ de 2026.

Município de São Francisco do Guaporé

José Wellington Drumond Gouvêa
Prefeito Municipal
Contratante

Contratada

Fiscais de Contrato: 1- _____

2- _____

Testemunhas: 1.- _____
CPF.: _____

2.- _____
CPF.: _____